

Nome da Política:

Código:

Data de Publicação:

TERMO DE PRIVACIDADE PARA CANDIDATOS

OBJETIVOS

Este Termo de Privacidade para Candidatos ("Termo de Privacidade") tem como objetivo divulgar informações detalhadas sobre os diferentes tipos de Dados de candidatos que a Itaúsa S.A. ("Itaúsa" ou "Companhia") pode coletar ou armazenar no âmbito de um processo de seleção, a forma como poderemos utilizá-los, as finalidades de coleta e uso, dentre outras informações relacionadas ao referido Tratamento.

1. RESPONSABILIDADES E PÚBLICO-ALVO

A Itaúsa é responsável pelo Tratamento dos Dados Pessoais que coleta, ou que de qualquer outro modo utiliza, agindo na qualidade de futura potencial empregadora e gestora dos processos de seleção. Nos termos da Legislação Aplicável de Proteção de Dados, a Itaúsa é Controladora dos Dados.

Este Termo de Privacidade é direcionado a todos os candidatos que apliquem e/ou participem de processo de seleção para uma vaga de emprego, estágio ou aprendizagem na Itaúsa.

2. QUAIS SÃO OS PRINCÍPIOS DE TRATAMENTO DE SEUS DADOS?

A Itaúsa se orienta, a todo momento, pelos dez princípios estabelecidos na Legislação Aplicável de Proteção de Dados para o Tratamento de Dados Pessoais. São eles: os princípios da finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos Dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação, responsabilização e prestação de contas.

3. QUAIS DADOS PESSOAIS COLETAMOS DE CANDIDATOS E COMO USAMOS?

- Podemos coletar ou receber Dados diretamente de candidatos, das seguintes formas:
 - Por meio do uso do nosso correio eletrônico,
 - Por meio de nosso Website,
 - Por meio do LinkedIn,
 - Por meio de entrevistas
- Em outros casos, podemos receber Dados por meio das agências de recrutamento terceiras que mantêm parceria com a Itaúsa.

Alguns dos Dados que pedimos são **obrigatórios** pelas seguintes razões:

- Para responder a um pedido enviado pelo candidato (por exemplo, para confirmar a candidatura a uma vaga, para enviar informação relativa ao andamento da candidatura etc.);
 - Para avaliação da candidatura a um cargo na Itaúsa;
-

Nome da Política:

Código:

Data de Publicação:

- Para cumprir nossas obrigações legais (por exemplo, a legislação trabalhista).

O não fornecimento das informações obrigatórias solicitadas pode ter consequências na análise da candidatura ou no resultado dos processos de recrutamento.

- **Dados Pessoais Sensíveis.**

Em alguns casos, a Itaúsa precisará realizar o Tratamento de **Dados Pessoais Sensíveis**. Esse tipo de Tratamento requer níveis de proteção mais elevados e levaremos isso em consideração sempre que houver a necessidade de Tratar Dados Pessoais Sensíveis, o que ocorrerá sempre para finalidades específicas e no limite necessário.

- **Com quem compartilhamos os Dados de Candidatos.**

Os Dados Pessoais de candidatos poderão ser compartilhados com prestadores de serviços sempre que o compartilhamento for necessário para atingir as finalidades do processo de seleção, sendo que fornecemos apenas as informações necessárias para tal fim. Sempre envidamos nossos melhores esforços para garantir que todos os terceiros com quem trabalhamos mantenham Dados Pessoais seguros.

Além disso, podemos compartilhar Dados Pessoais de candidatos, na medida em que formos obrigados em razão de previsões legais ou devido a alguma decisão administrativa, arbitral, ou ordem judicial.

Eventualmente pode ser necessário que a Itaúsa transfira Dados Pessoais para fora do Brasil (por exemplo, se algum servidor de armazenamento de Dados estiver localizado em outro país). Somente iremos transferir Dados Pessoais para fora do Brasil de modo seguro e dentro das previsões legais, exigindo que os receptores dos Dados cumpram todos os compromissos estabelecidos neste Termo de Privacidade.

- **Para quais finalidades utilizamos Dados de Candidatos.**

Dados Pessoais de Candidatos são utilizados exclusivamente no processo de seleção.

- **Qual o fundamento jurídico para o Tratamento dos Dados de Candidatos.**

- Mediante Consentimento
- Em razão de um Legítimo Interesse da Itaúsa
- Para a formalização de contrato de trabalho, estágio ou de aprendiz
- Para cumprimento de obrigações legais ou regulatórias ou para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral
- Para garantir a prevenção à fraude e a segurança do titular em processos de identificação e autenticação de cadastro em sistemas eletrônicos

Nome da Política:

Código:

Data de Publicação:

TABELA DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Em que contexto seus Dados podem ser Tratados	Quais Dados podemos tratar	Com quem compartilhamos	Para quais finalidades utilizamos seus Dados
Candidatura a uma vaga; Processo de recrutamento, entrevistas e avaliações; Procedimentos preliminares à execução de contrato. Por e-mail, LinkedIn, entrega presencial de currículos ou pelas agências de recrutamento	<ul style="list-style-type: none">• Dados identificadores (ex.: nome, sobrenome, profissão).• Documentos identificadores (ex.: RG, CPF).• Dados de contato (ex.: e-mail, telefone, endereço).• Dados sobre dependentes (ex.: nome, idade).• Dados de histórico profissional (ex.: experiências anteriores de trabalho, recomendações).• Dados acadêmicos (ex.: formação acadêmica, idiomas).• Dados Pessoais Sensíveis (Dados sobre saúde, origem racial ou étnica e biometria)• Fotografia	Com agências de recrutamento e prestadores de serviços de armazenamento de Dados	<ul style="list-style-type: none">• Conhecer os candidatos• Avaliação de competências numa perspectiva de recrutamento• Organização e condução do processo de recrutamento e entrevistas• Preparação do contrato de trabalho• Organização da integração na Itaúsa

4. QUAL A DURAÇÃO DO TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS DE CANDIDATOS?

Dados Pessoais de Candidatos Tratados pela Itaúsa poderão ser armazenados durante todo o tempo do processo de candidatura e por até 5 anos contados da decisão de não contratação, exceto se prazo maior de armazenamento for necessário, nos termos da Legislação Aplicável de Proteção de Dados ou em razão de cumprimento de obrigação legal ou para preservar o exercício regular de direitos do Titular. Se o candidato for contratado, o Tratamento de seus Dados Pessoais passará a ser regulado pelo nosso Termo de Privacidade para Colaboradores.

Quando a Itaúsa não precisar mais utilizar Dados Pessoais de Candidatos para as finalidades apontadas acima, eles serão removidos de todos os sistemas em que estão armazenados, de forma segura, ou Anonimizados de modo que o candidato não possa mais ser identificado a partir de seus Dados.

5. QUAIS SÃO AS MEDIDAS ADOTADAS PARA A SEGURANÇA DOS DADOS?

A Itaúsa adota meios técnicos e procedimentos de segurança apropriados para proteger Dados Pessoais contra o uso indevido, acesso não autorizado, interferência, alteração, divulgação ou perda, de modo a cumprir obrigações quanto à confidencialidade e inviolabilidade de Dados Pessoais.

6. TRATAMENTO DE DADOS DE CRIANÇAS

Somente Trataremos os Dados Pessoais de menores de 12 (doze) anos na posição de dependentes e exclusivamente caso a informação seja relevante para o processo seletivo na Itaúsa. Ressaltamos que para o Tratamento dos Dados Pessoais de crianças iremos solicitar o consentimento expresse e destacado do

Nome da Política:

Código:

Data de Publicação:

candidato responsável legal do menor.

7. QUAIS SÃO OS DIREITOS DOS CANDIDATOS?

Conforme previsto na Legislação Aplicável de Proteção de Dados, os candidatos possuem os seguintes direitos relativos aos seus Dados Pessoais:

- **Confirmação da existência do Tratamento.**

Os candidatos têm o direito de nos perguntar se tratamos seus Dados Pessoais.

- **Recebimento de informações.**

Os candidatos têm o direito de receber informações sobre as entidades públicas e privadas com as quais compartilhamos seus Dados Pessoais, bem como receber informações sobre o Tratamento de seus Dados Pessoais.

- **Acesso aos Dados.**

Os candidatos têm o direito de acessar os Dados Pessoais que temos sobre eles, bem como, em alguns casos, receber uma cópia de seus respectivos Dados em formato eletrônico, conforme permitido pela Legislação Aplicável de Proteção de Dados.

- **Correção dos seus Dados.**

Os candidatos têm o direito de corrigir Dados Pessoais incorretos, incompletos ou desatualizados.

- **Eliminação de Dados Tratados com base em Consentimento.**

Os candidatos têm o direito de solicitar a exclusão de Dados Pessoais Tratados com base em consentimento, exceto quando a Itaúsa tenha outra base legal para prosseguir com o Tratamento, como, por exemplo, a necessidade de cumprimento de alguma obrigação legal.

- **Anonimização dos seus Dados Pessoais**

Os candidatos têm o direito de solicitar a Anonimização, o bloqueio ou a eliminação de Dados Pessoais que sejam desnecessários ou excessivos, ou de Dados Pessoais que não estejam sendo Tratados em conformidade com as disposições da Legislação Aplicável de Proteção de Dados.

- **Revogação do consentimento**

Os candidatos têm o direito de revogar o consentimento para Tratamento dos Dados Pessoais a qualquer momento, caso estes Dados estejam sendo Tratados com base em consentimento. Os candidatos também têm o direito de serem informados sobre a possibilidade de não dar consentimento e quais as consequências de sua negativa. Caso seja aplicável, nós iremos encerrar o Tratamento de Dados, exceto quando tivermos outra base legal que nos permita prosseguir com o Tratamento.

- **Petição**

Os candidatos têm o direito de peticionar à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) contra as práticas de proteção de Dados e privacidade da Itaúsa. Esperamos, contudo, que os candidatos se sintam à vontade de entrar em contato conosco antes de precisar apresentar qualquer reclamação formal à autoridade competente. Estamos à disposição para ajudá-los e esclarecer quaisquer dúvidas.

Nome da Política:

Código:

Data de Publicação:

8. ALTERAÇÕES NESTE TERMO

Este Termo pode ser revisto periodicamente. Se fizermos alterações significativas, divulgaremos no Site a nova versão, nos termos da Legislação Aplicável de Proteção de Dados. Se qualquer alteração exigir o consentimento dos candidatos, faremos uma solicitação para que seja fornecido novo consentimento. Nós encorajamos os candidatos a reverem este Termo frequentemente para se manterem informados sobre nossas práticas de Tratamento de Dados.

9. CONTATO

Em caso de qualquer dúvida sobre este Termo de Privacidade, os candidatos podem entrar em contato com nosso DPO (*Data Protection Officer*), Maria Fernanda Caramuru por meio do e-mail dadosprotegidos@itausa.com.br que está acessível na barra inferior da página inicial do nosso site.

10. GLOSSÁRIO

Sempre que os termos, conforme definimos abaixo, forem utilizados neste Termo com a letra maiúscula, eles terão o significado atribuído abaixo. Quaisquer outros termos que não sejam definidos neste Glossário, mas estejam escritos em letra maiúscula, deverão ser interpretados conforme a Legislação Aplicável de Proteção de Dados.

- “Dados Pessoais” ou “Dados”: qualquer informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável.
- “Dados Pessoais Sensíveis” ou “Dados Sensíveis”: Dados Pessoais sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico
- “Anonimização” ou “Anonimizado(s)”: adoção de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do Tratamento, por meio dos quais um dado perde a possibilidade de associação, direta ou indireta, a um indivíduo
- “Tratamento” ou “Tratar” ou “Tratado(s)”: toda operação realizada com Dados Pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

“Legislação Aplicável de Proteção de Dados”: a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais Brasileira N°13.709/2018 (“LGPD”) e alterações posteriores, bem como o Marco Civil da Internet N°12.965/2014, Decreto N°8.771/2016, Constituição Federal, Código Civil Brasileiro, Código Penal, Código de Defesa do Consumidor, Decreto N°7.963/2013 e quaisquer outras leis e regulamentos em relação ao Tratamento de Dados Pessoais e privacidade que são aplicáveis à uma parte e, se aplicável, todas as orientações e códigos de prática emitidos pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“ANPD”) ou outra autoridade de supervisão ou proteção de Dados pertinente.